



**INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS – CAMPUS MALÊS**  
**CURSO BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES**

**MARIA LETICIA LEITE SANTOS**

**O PAPEL DA MILITARIZAÇÃO NA REPRESSÃO DE ATIVISTAS NA**  
**AMÉRICA LATINA**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2018**

**MARIA LETICIA LEITE SANTOS**

**O PAPEL DA MILITARIZAÇÃO NA REPRESSÃO DE ATIVISTAS NA  
AMÉRICA LATINA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Campus dos Malês, Instituto de Humanidades e Letras, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Profa. Dra. Clarisse Goulart Paradis.

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2018**

**MARIA LETICIA LEITE SANTOS**

**O PAPEL DA MILITARIZAÇÃO NA REPRESSÃO DE ATIVISTAS NA  
AMÉRICA LATINA**

Trabalho de conclusão de curso na modalidade projeto de pesquisa, apresentado ao Curso de Graduação Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Campus dos Malês, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Data de aprovação: 30/10/2018

**BANCA EXAMINADORA**

**Clarisse Goulart Paradis (Orientadora)**

Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

**Caterina Rea**

Doutora em Filosofia pela Université Catholique de Louvain - Belgica e Master 2 em Clinique du Corps et Anthropologie Psychanalytique pela Université Denis Diderot.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

**Juliana Dourado Bueno**

Doutora em Sociologia e cientista social pela Universidade Federal de São Carlos.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>5</b>
<b>2 OBJETIVOS.....</b>	<b>8</b>
2.1 OBJETIVO GERAL.....	8
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	8
<b>3 JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>9</b>
<b>4 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>10</b>
<b>5 METODOLOGIA.....</b>	<b>12</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>14</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Esse projeto tem por objetivo entender como a militarização do Estado incide nos movimentos sociais, partindo do pressuposto que os militantes que se opõem aos Estados que sofreram golpes têm suas lutas marginalizadas pelo governo, atacando diretamente ativistas sociais, como Berta Cárceres e Marielle Franco, que defendiam não só um Estado democrático de direito, mas também a desmilitarização do mesmo, para que as camadas marginalizadas da sociedade não sofressem com a opressão e a violência do Estado contra eles.

Esses golpes constitucionais tiveram grande apoio dos meios de comunicação, para assim deslegitimar o mandato dos presidentes depostos. Como relata Flávia Biroli (2018), esse protagonismo da mídia foi um dos meios para depor a primeira presidenta do Brasil em 2016, ou seja, a mídia, como meio de reprodução de notícias, utilizou esse poder para ajudar os arquitetos dos golpes constitucionais. No Brasil, como ressalta Linda Rubim e Fernanda Argolo (2018) a imprensa “esquece dos seus critérios de noticiabilidade” e faz uma “parceria” com os percussores do golpe do Congresso Nacional, atuando como grande opositora da então presidenta, Dilma Rousseff. Patrícia Angel (2018) afirma que tais golpes têm em comum “a emergência de intensas crises políticas acompanhadas de mobilizações populares que levaram à deposição ou renúncia do governante” (ANGEL, 2018, p.15).

É perceptível que questões como crise econômica e o dito despreparo dos governantes eram matérias diárias de grandes jornais que depreciavam os governos, influenciando os cidadãos a ir as ruas, pedindo a saída desses governantes. É possível compreender que os casos de Honduras ou Brasil não são isolados, mas poderiam ser pensados como parte do fenômeno intitulado de guinada conservadora<sup>1</sup> (ANGEL, 2018, p.212), que vem crescendo pela América Latina inteira, onde há ofensivas ocorrendo ou em curso contra governantes considerados progressistas.

Para entender o golpe constitucional no Brasil em 2016 também é necessário pensar o contexto histórico do que foi depor a primeira presidenta do país – “oitenta e quatro anos passaram desde a conquista do direito ao voto pela mulher no Brasil até a deposição da presidenta Dilma Rousseff” (ARGOLO; RUBIM, 2018 p.10). Para Marielle Franco (2018) “seu impeachment revelou logo a sua faceta patriarcal, com ameaças cotidianas às conquistas históricas dos movimentos de mulheres e feministas” (FRANCO, 2018, p.118). Nesse contexto

---

<sup>1</sup> Esse conceito será explicado na seção “referencial teórico”.

de pós-golpe, ocorreram diversas mudanças no Estado brasileiro e o que mais chama atenção é o fim de alguns ministérios como a Secretaria de Política para as Mulheres, que fora anexado como pasta do Ministério da Cultura. Nesse contexto, o país é colocado na 107º no Índice Global de Desigualdade de Gênero (HuffPost Brasil, 2017).

Preta, favelada e “cria da Maré” Marielle Franco ocupou a câmara de vereadores como a quinta vereadora mais votada do Rio de Janeiro – contabilizando 46.502 votos (G1 Rio, 2016), desenvolvendo uma campanha voltada para o povo favelado. Ela ocupou a câmara com “o desafio de conquistar um espaço determinante para uma estética popular que consiga articular com os sujeitos estratégicos para barrar o avanço do capital e construir ambientes nos quais os direitos às diferenças, à vida e a dignidade humana sejam determinantes” (FRANCO, 2018 p. 121).

Em seu curto mandato, Marielle Franco levou pautas que discutiam a visibilidade de homens e mulheres negros que sofreram e sofrem com a ausência do Estado e denunciava diariamente em suas redes sociais abusos que a população da favela sofria, como o assassinato de jovens negros. “Marielle Franco vinha criticando a presença militar nas favelas cariocas. Semanas antes de seu assassinato o presidente Michel Temer declarou a intervenção militar do Exército no Rio de Janeiro como forma de conter a violência urbana.” (OLIVEIRA; GARCIA, 2018 p.1080). Ou seja, há fortes suspeitas que o assassinato dessa militante tenha sido um ato político contra sua posição de defensora dos direitos humanos, sendo uma das formas de coibir e silenciar a ação dos militantes desse seguimento.

A militarização do Estado ajuda a perpetuar um sistema que oprime as camadas historicamente marginalizadas, e é o que Marielle Franco afirmou quando reconheceu que a intervenção militar no Rio de Janeiro é só mais uma forma de criminalizar a pobreza. Em uma entrevista dada em fevereiro para o Correio a Cidadania (BRITO, 2018) a militante chamou a iniciativa de farsa, segundo ela tal medida tem a ver “com a imagem da cúpula da segurança pública, com a salvação do PMDB, tem relação com a indústria do armamentismo” (BRITO, 2018) e continua ressaltando que há um grande problema com a ocupação das favelas em anos eleitorais e tal medida ajuda a aumentar a segurança da população, mas, que população é essa? Franco diz que “o sentimento e insegurança é generalizado e nas favelas é ainda maior e o que estamos vendo, nas áreas pobres da cidade, é o abuso, as ações totalmente inócuas no combate à violência” (BRITO, 2018).

A militarização do Rio de Janeiro tem sido uma prática recorrente em diversos governos do estado. Ocupações como essas, que estão ocorrendo em 2018, têm basicamente a função da Unidade da Polícia Pacificadora que Marielle Franco analisou em sua dissertação de mestrado intitulada: “UPP – A redução da favela em três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro” (2011) o que ela chama de “choque de ordem” (FRANCO, 2014 p.119) que é a criminalização do modo de vida e a cultura das favelas.

Em Honduras, por sua vez, o golpe de Estado, ocorrido em 2009, foi articulado por militares e grupos liberais (GOMBATA, 2016), que estavam infelizes com a política do presidente Manuel Zelaya. Honduras em 2008 passava por uma crise e uma das tentativas do governo de minimizá-la foi o alinhamento com Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA)<sup>2</sup> e com a Venezuela, que tinha preços favoráveis para o petróleo e mantimentos agrícolas (GOMBATA, 2016). Essas alianças desencadearam a retirada do presidente, que foi deposto sob justificativa de crime de lesa-pátria – que é basicamente uma ofensa ao Estado democrático com alianças que não são boas para o país – e expulso para Costa Rica. O golpe ocorrido tem grande semelhança com o que ocorreu no Brasil em 2016, pois ambos foram contra governos progressistas que visavam uma mudança social.

Berta Cárceres era uma mulher líder indígena Lenca e cofundadora do Conselho Cívico de Organizações Populares e Indígenas de Honduras (COPINH), fundado em 27 de março de 1993, a organização luta contra o capitalismo, patriarcalismo e racismo. Berta Cárceres denunciava o golpe ocorrido no país e o leilão de terras sagradas indígenas. Tal conflito político no Estado hondurenho demonstra que os arquitetos do golpe representavam os interesses empresariais, contra as lutas pelo bem viver. Como relata Simone Gomes, há indícios da vinculação entre o assassinato de Berta Cárceres e os interesses desses setores, especialmente “devido a sua atuação na defesa dos recursos naturais e das populações originárias” (GOMES, 2018).

É sabido que o mesmo fora planejado com o intuito de barrar e coibir qualquer opinião contrária ao Estado atual de Honduras e com esse assassinato se faz pensar: quem se beneficia

---

<sup>2</sup> Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América foi proposta pelo presidente venezuelano Hugo Chávez na III Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Associação de Estados do Caribe, realizada em 2001 na Ilha de Margarida na Venezuela é firmada em Havana, Cuba, no dia 14 de dezembro de 2004 (FREITAS, 2011 p.4). A ALBA foi pensada para fortalecer a economia do Sul global e diminuir a dependência com potências imperialistas.

com a morte de uma militante? Berta Cárceres juntamente com o COPINH, através de mobilizações “consegue interromper a construção das obras, consegue paralisar projetos de desflorestamento, congelar a exploração mineira, evitar a destruição dos lugares sagrados indígenas, obter a restituição das terras roubadas das comunidades indígenas” (RAMONET, 2016). A sociedade civil denunciou e denuncia as diversas ameaças que Cárceres vinha sofrendo antes do seu assassinato, por isso, é especulado que seu assassinato é um crime político para silenciar o movimento.

O presente projeto, para além de relatar lutas marginalizadas e silêncios forçados, é um relato sobre duas mulheres que foram silenciadas. As duas tornaram-se símbolos de luta e resistência. Os crimes contra Berta Cárceres, assassinada no dia 04 de março de 2016 e Marielle Franco no dia 14 de março de 2018, ainda não foram solucionados, mas elas são lembradas por suas lutas em vida, que continuam com essa grande comoção que gira em torno dos casos. Ambas lutavam por um país que valorizasse a vida que é o que Marielle Franco ressalta em um texto sobre o golpe no Brasil (2018): “é preciso pensar e praticar uma política de segurança pública ampla, integrada a uma perspectiva social que sirva para defender a vida” (FRANCO, 2018, p.122). Berta Cárceres e Marielle Franco foram vítimas de um Estado misógino, em que centenas de mulheres são assassinadas anualmente, vítimas também da opressão contra ativistas na América Latina, vítimas de Estados militarizados por golpes estruturados em nome de interesses do capitalismo.

## **2. OBJETIVOS**

### **2.1 OBJETIVO GERAL**

Entender o papel da militarização na repressão de ativistas na América Latina, estudando o caso de Berta Cárceres e Marielle Franco

### **2.2 OBJETIVO ESPECIFICO**

- Compreender o motivo da periculosidade de defender os direitos sociais na América Latina
- Trazer o debate de forma que repense como a morte dessas mulheres do movimento social são abordadas na mídia e no meio acadêmico



- Entender a partir das lutas de Berta Cárceres e Marielle Franco a relação do patriarcado, militarização e racismo nos movimentos sociais.

### 3. JUSTIFICATIVA

O presente projeto nasce a partir da necessidade de escrever sobre duas mulheres importantes, que representam uma parte da sociedade que é marginalizada por seus governos, ao passo que as duas protegiam o seu território e o direito à vida. A pesquisa se faz necessária para que impulse o debate sobre feminicídios contra ativistas, ou seja, trazer esse debate no contexto atual é repensar como a morte dessas mulheres do movimento social são abordadas na mídia e no meio acadêmico, ou seja, de que forma os movimentos sociais são discutidos na academia, no sentido de visibilizar a luta deles.

Esse projeto tem como característica a interdisciplinaridade, pois aborda as questões de segurança internacional, as teorias feministas e a interseccionalidade. Utilizando essas linhas teóricas irei dissertar sobre a relação entre Estado e sociedade, visto que os as duas mulheres estudadas são notoriamente vistas como ameaça aos atuais Estados do Brasil e de Honduras, pois elas lutaram pela liberdade tanto delas quanto a dos seus semelhantes e foram mortas por defenderem a vida. Tem de se levar em conta que Berta Cárceres e Marielle Franco enfrentaram a militarização do Estado e a morte de ambas tem muita a ver com a questão dos golpes de Estado e a guinada conservadora que tem tomado conta da América Latina. No Brasil, o golpe se consagrou em 2016 e colocou em alerta todas as camadas que estão de fora da elite brasileira, desde então, tem intensificado os diversos ataques a essas minorias. A intervenção militar no Rio de Janeiro é um desses ataques e Marielle Franco era da comissão que fiscalizava a intervenção, conforme falado na introdução, e isso a deixava ainda mais vulnerável.

O projeto é relevante também porque vai abordar assuntos importantes como o aumento do populismo de direita e o assassinato de pessoas que defendem as minorias políticas, levando em consideração a forma que o Estado trata essas minorias e assim entender de que forma a militarização do Estado atinge os defensores de direitos humanos, tendo em mente que Marielle Franco e Berta Cárceres eram duas mulheres em lideranças, sendo seguidas por muitas pessoas que acreditavam no movimento, tanto que, no dia do assassinato da Marielle Franco, ela estava em uma roda de conversa debatendo o papel da mulher negra no Estado brasileiro atual.

#### 4. REFERENCIAL TEÓRICO

Pode-se conceber os golpes constitucionais em Honduras, em 2009 e no Brasil, em 2016, a partir de um “neogolpismo”, caracterizado por “mudanças radicais de governo, que são levadas a cabo com uma aparência de normalidade institucional e respeito ao estado democrático de direito” (RANGEL *apud* SOLER, 2018, p.2015). Essa modalidade de golpe deslegitima governos com propostas consideradas progressistas, como ocorreu nesses países. Faz parte desse processo uma guinada conservadora – no Brasil é efetivada com a eleição de 2014, que elegeu o “congresso mais conservador do período pós-1964”( FAGANELLO *apud* VIANA, 2015, p.145) – combinada com projetos neoliberalistas que visam a “privatização de amplas áreas das políticas públicas, que é acompanhado por um discurso participacionista e de revalorização simbólica da sociedade civil” (DAGNINO; OLVERA; PANFICH, 2006, p14.).

A guinada conservadora que propõe Patrícia Ranchel (2018) nos faz refletir sobre os perigos dessa ascensão em países que tinham governos considerados progressistas e também pensar de que forma essa guinada conservadora atinge os movimentos sociais, pois a elevação do conservadorismo “tenta impedir ou eliminar um processo de mudança sociais ou redistribuição, ainda que singela” (RANGEL *apud* SOLER, 2018, p.224).

Berta Cáceres, diferentemente da Marielle Franco, era de fora do campo político institucionalizado. Ela militava em um movimento da sociedade civil contra os abusos de um projeto neoliberalista para o Estado de Honduras, que visava à apropriação de terras sagradas indígenas. Entende-se que o projeto neoliberalista “articula-se a partir da necessidade de ajustar o Estado e suas relações com a sociedade ao que seriam as exigências de um novo momento das relações de acumulação capitalistas, marcado pela sua reconfiguração no âmbito global”( (DAGNINO; OLVERA; PANFICH 2006, p.54), ou seja, seria basicamente deixar o Estado em harmonia com os interesses do mercado internacional, no âmbito da globalização neoliberal. Nesse sentido, Berta Cáceres e Marielle Franco lutavam nos movimentos anticapitalistas, contra os interesses do mercado sobre as terras sagradas que Cáceres defendia. Também foram esses interesses que colocaram Franco em discordância do que ela acreditava– especialmente a oposição ao governo do Rio de Janeiro e a intervenção militar no estado.

A noção de campo político é pensada a partir da linha teórica de Pierre Bourdieu, que define esse campo como “um microcosmo, isto é, um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social” (BOURDIEU,2011, p.195). Marielle Franco atuava no campo político, buscando efetivar suas bandeiras de lutas, levando as demandas da sociedade civil para dentro da Câmara de vereadores do estado do Rio de Janeiro. Dessa forma

ela pensava na necessidade de “cultivar o bom senso para construir uma nova estética política na perspectiva de articular gênero, raça, classe e territórios populares para que a vida das pessoas seja colocada a cima do lucro” (FRANCO,2018 p.120).

Berta Cárceres e Marielle Franco tinha suas lutas interseccionadas nos eixos de gênero, raça/etnia, classe e território, isto é, a luta na perspectiva interseccional “trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classes e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raça, classes e outros” (177 2002. CRENSHAW ), essas estruturas de poder utilizam desses segmentos para desempoderar, como relata Kimberlé Crenshaw (2002) “trata da forma como ações políticas específicas gera opressões” (p.177), a teórica Crenshaw traz um debate que é presente no projeto, de pensar todos os eixos da luta sem excluir nenhum, pois Cárceres e Franco era mulheres de minorias sociais e pensar a intersecção é pensar também sua inclusão em uma sociedade patriarcal e opressora.

O militarismo tem sido “apresentado como um imperativo da busca da paz” (SILVA, 2014, p.349). Para Cook, o fenômeno do militarismo, exemplificando pelos Estados Unidos, é “um país que desenvolve a sua política externa em consonância com os interesses do chamado complexo industrial-militar.” (SILVA *apud* COOK, 2014, p.354), utilizando da militarização do Estado para “melhorar” a segurança, recorrem à chamada “intervenção militar preventiva” (SILVA ,2014, p.354) e, no Rio de Janeiro, a intervenção militar é aprovada com o objetivo de “guerra contra as drogas”, ou seja, mais uma forma de ceivar vidas das comunidades, pois junto com a militarização de um Estado vem “o autoritarismo, o pessimismo a respeito da natureza humana, o alarmismo, o nacionalismo e o conservadorismo político”(SILVA, 2014 p.350). A vereadora Marielle Franco fazia uma crítica a esse momento do estado do Rio de Janeiro, pois para ela “era preciso defender o que já deveria ser universalmente óbvio: a vida” (FRANCO, 2018 p.122). A solução que o estado tentou abarcar não é plausível, afinal só marginaliza ainda mais a pobreza e as comunidades

É possível afirmar que o militarismo influencia o aumento da violência de gênero, pois “militarização e mentes militarizadas, muitas vezes, constituem uma forma de violência estrutural que é engendrada e não é apenas violento por si só, mas também, sob certas circunstâncias, resulta em violência direta” (ALEXANDER, 2010 p.71, tradução nossa). Isso implica em um estado patriarcal militarizado, porque este “marginaliza as mulheres em geral e

certas mulheres em particular, legitimando assim algumas formas de violência de gênero” (ALEXANDER, 2010 p.71, tradução nossa).

Se faz necessário pensar na despartriarcialização do Estado, para que assim seja sepultada “toda a herança militarista, classista e patrimonialista que historicamente organizou o poder” (PARADIS, 2014, p.71), e que dessa forma, mulheres como Berta Cárceres e Marielle Franco não sejam assassinadas por lutar contra uma ordem que naturaliza o que é ser mulher e por pertencer a movimentos sociais que contestam essa ordem.

## 5. METODOLOGIA

Para que se consiga chegar aos objetivos traçados será utilizado método de análise de trajetória, que consiste em descrever “um conjunto de eventos que fundamentam a vida de uma pessoa” (BORN, 2001, p.243), , ou seja, será analisado a trajetória de Berta Cárceres e Marielle Franco, do movimento social até o assassinato político delas, visando entender de que forma, na trajetória delas, a militarização do Estado influenciou no processo que culminou no assassinato de ambas.

A trajetória de vida pode ser pensada também como uma pesquisa narrativa, que por sua vez, “é entendida como um texto falado ou escrito, dando conta de um evento/ação ou séries de eventos/ações cronologicamente conectados” (CRESWELL *apud* CZANIAWSKA, 2014, p.68). Através da metodologia narrativa o presente projeto é pensando em termos de eventos políticos, culturais e/ou trágicos que fundamenta a vida de uma pessoa, utilizando desse método para avaliar a trajetória política de Berta Cárceres e Marielle Franco. É importante ressaltar que a pesquisa narrativa se origina em diversas áreas do conhecimento, tal como literatura, antropologia, história, sociologia, sociolinguística e educação e por ter essa característica interdisciplinar ela foi adotada por diversos campos de estudos. Com essas características a trajetória de vida, no bojo da pesquisa narrativa, é de ampla ajuda para o trabalho, pois o projeto é pensado através de uma lente interdisciplinar, que nos ajuda compreender pontos específicos da pesquisa como, a interseção das lutas de Cárceres e Franco.

O projeto é colocado cronologicamente a partir dos golpes institucionais ocorridos no Brasil e Honduras, até a luta de ambas militantes para uma sociedade mais justa e “com ênfase nas consequências desses trânsitos sobre os projetos políticos em disputa e em relação a suas possibilidades na democracia do Estado” (DAGNINO; OLVERA; PANFICH *apud* FELTRAN,

2006, p.9), pensando isso, a partir do trânsito das trajetórias das militantes e de que forma elas estiverem no campo político, no contexto da luta democrática pós-golpes. Pensar projetos políticos é compreender as disputas que ocorrem há muito tempo na América Latina, que se intensifica a partir de uma onda conservadora contra governos considerados progressistas. “A análise pode ser feita com base no que foi dito, na natureza do contar a história ou em para quem a história foi direcionada” (CRESWELL *apud* Riessman, 2014, p. 69) e, assim sendo, é possível utilizar fontes como entrevistas, discursos e textos escritos por elas e/ou terceiros para fazer uma análise da trajetória de ambas.

## REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, Ronni. Confronting Militarization: Intersections of Gender(ed) Violence, Militarization, and Resistance in the Pacific. In: SJOBERG, Laura; VIA, Sandra (Ed.). **Gender, War, and Militarism**. Santa Barbara, Califórnia: Praeger, 2010. p. 69-79.
- BIROLI, Flávia. **Uma mulher foi deposta: sexismo, misoginia e violência política**. In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (org). O golpe na perspectiva de gênero. Salvador: EDUFBA, 2018. P.75-83
- BORN, Claudia. Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 5, p.240-265, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 5, p.193-216,2011.
- BRITO, Gabriel. **Marielle Franco sobre intervenção federal no Rio: “reflexo do leilão do Estado e ausência de investimento nos profissionais da segurança pública**. 24 fev. 2018. Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/2018/02/24/intervencao-federal-no-rio-reflexodo-leilao-do-estado-e-ausencia-de-investimento-nos-profissionais-daseguranca-publica/>>. Acesso em: 10 ago. 2018
- CRENSHAW, Kimberlé. DOCUMENTO PARA O ENCONTRO DE ESPECIALISTAS EM ASPECTOS DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL RELATIVOS AO GÊNERO. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171, jan. 2002. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011/8774>>. Acesso em: 10 out. 2018.
- CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. Tradução: Sandra Mallman de Rosa. 3ª ed. Porto Alegre. Penso,2014
- DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICH, Aldo. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICH, Aldo (Org.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2006. Cap. 1. p. 13-91.
- DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICH, Aldo. Prefácio. In: DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICH, Aldo (Org.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 7-11.
- FAGANELLO, Marco Antonio. Bancada da Bala: uma onda na maré conservadora. In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Org.). **Direita, volver!:** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 145-161
- Franco, Marielle. **Mulher, negra, favelada e parlamentar: Resistir é pleonasmo**. In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (org). O golpe na perspectiva de gênero. Salvador: EDUFBA, 2018. p.117-126
- FRANCO, Marielle. **UPP – A REDUÇÃO DA FAVELA A TRÊS LETRAS: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**. 2014. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

FREITAS, William Daldegan de. **Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA):** as particularidades de um projeto inovador. In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2011, 3., 2011, São Paulo. Associação Brasileira de Relações Internacionais Instituto de Relações Internacionais - USP, Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC0000000122011000300058&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000300058&lng=en&nrm=abn)>. Acesso em: 27 set. 2018.

G1 RIO. **Veja os 51 vereadores eleitos para a Câmara Municipal do Rio.** 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/eleicoes/2016/noticia/2016/10/confira-composicao-da-camara-municipal-do-rio.html>>. Acesso em: 24 set. 2018.

GOMBATA, Marsílea. **Honduras e Paraguai, motivos de inspiração:** Os golpes recentes nos países latinos fornecem pistas para a tentativa de impeachment em curso no Congresso. 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/895/honduras-eparaguai-motivos-de-inspiracao>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

GOMES, Simone da Silva Ribeiro. **MORTE E VIDA DE LUTADORAS LATINO-AMERICANAS: ASSASSINATOS POLÍTICOS E CANDIDATURAS - OS CASOS DE BERTA CÁCERES E MARICHUY.** 18 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.horizontesaosul.com/single-post/2018/06/17/MORTE-E-VIDA-DE-LUTADORAS-LATINO-AMERICANAS-ASSASSINATOS-POL%C3%8DTICOS-E-CANDIDATURAS-NA-AM%C3%89RICA-LATINA---OS-CASOS-DE-BERTA-C%C3%81CERES-E-MARICHUY>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

HUFFPOST BRASIL. **Ministério de Michel Temer repleto de homens faz Brasil despencar 22 posições em ranking de igualdade de gênero.** 25 mai. 2016. Disponível em: <[https://www.huffpostbrasil.com/2016/05/25/ministerio-de-michel-temer-repleto-de-homens-faz-brasil-despenca\\_a\\_21683652/](https://www.huffpostbrasil.com/2016/05/25/ministerio-de-michel-temer-repleto-de-homens-faz-brasil-despenca_a_21683652/)>. Acesso em: 08 set. 2018.

OLIVEIRA, Rita de Cássia Alves; GARCIA, Carla Cristina. Marielle, presente! Genocídio juvenil, feminismo e a vida dos negros e negras das favelas do Rio de Janeiro: a luta da vereadora brutalmente assassinada. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Manizales, Colombia, v. 12, n. 2, p.1078-1086, jul. 2018.

PARADIS, Clarisse. A luta política feminista para despatriarcalizar o Estado e construir as bases para a igualdade. In: MORENO, Renata (Org.). **Feminismo, economia e política:** debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres. São Paulo: Sof Sempreviva Organização Feminista, 2014. p. 55-73.

RAMONET, Ignacio. **Berta Cáceres, crime político.** 04 abr. 2016. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Berta-Caceres-crimepolitico/6/35869>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

RANGEL, Duarte Patrícia. **Guinada conservadora em políticas de gênero na América Latina: reflexões iniciais.** In: Cadernos Adenauer, pp.211-227. 2018.

SILVA, Jorge da. Militarismo. In: SANSONE, Livio; FURTADO, Cláudio Alves (Org.). **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa.** Salvado: Edufba, 2014. p. 349-362.